

---

# VIVENTES DO NORTE E A FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA NO BRASIL SETENTRIONAL

INHABITANTS OF THE NORTH AND THE FORMATION OF A SPACE OF  
EXPERIENCE IN NORTHERN BRAZIL

Ciências Humanas • 08/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/778284377](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/778284377)

---

Helissandro Rocha da Silva<sup>1</sup>

---

## RESUMO

Este artigo busca demonstrar a formação de um espaço de experiência no do Brasil setentrional em grande medida advindo das condições náuticas do Atlântico que foi responsável pela criação na América portuguesa de duas unidades política-administrativas com a criação do Estado do Maranhão e o Estado do Brasil que formavam dois circuitos diferentes que levavam em conta os aspectos geo-históricos que impedia a formação de uma geografia econômica. Isso gerou um espaço de experiência entre os *Viventes do Norte* separado do Brasil e direto com a metrópole que se tornou colidente durante o processo de Independência do Brasil cujos impasses políticos vieram acompanhados pela guerra, para compreensão destas questões usamos também o gesto metodológico da história comparada para examinar as sociedades análogas do Piauí e Maranhão.

**Palavras-chave:** Formação; Brasil; Maranhão; Norte; Experiência.

## ABSTRACT

This article seeks to demonstrate the formation of a space of experience in northern Brazil, largely stemming from the nautical conditions of the Atlantic, which led to the creation of two political-administrative units in Portuguese America: the State of Maranhão and the State of Brazil. These formed two different circuits, taking into account geo-historical aspects that prevented the formation of a unified economic geography. This generated a space of experience among the inhabitants of the North, separate from Brazil and directly connected to the metropolis, which became conflictive during the Brazilian Independence process. The political impasses were accompanied by war. To understand these issues, we also use the methodological approach of comparative history to examine the

analogous societies of Piauí and Maranhão.

**Keywords:** Formation; Brazil; Maranhão; North; Experience.

## Introdução

A formação do Brasil possui interações com o sistema náutico do Atlântico, as longas viagens marítimas, na época da navegação à vela, dependiam das condições de possibilidades geradas pelos ventos que cortam o oceano, canalizadas pelas correntes e reguladas pelas estações. A corrente Subequatorial funciona como um rio que se desloca da costa africana, no sentido Leste-Oeste até chegar à costa do Brasil entre as latitudes 5° e 8° sul. Entretanto, ao se aproximar do litoral brasileiro, essa corrente se bifurca, dando origem a divisão que forma a chamada corrente do Brasil que corre para o Sul<sup>2</sup>, alcançando o trópico de capricórnio até a latitude 30 graus sul. É parte integrante do anticiclone de Santa Helena que funciona como se fosse uma roda gigante no oceano e gira ao contrário do ponteiro do relógio.

A outra corrente gerada dessas condições náuticas do Atlântico é a chamada Corrente das Guianas que avança a sotavento, isto é, a direção de navegação favorável dos ventos para o Norte, esta é a mais rápida correnteza de todo o litoral brasileiro, tão forte que atinge a velocidades de 2,5 nós<sup>3</sup> e depois de passar da *boderland* setentrional do território do Brasil chega ao Caribe<sup>4</sup>. Esse fenômeno marítimo e os aspectos geo-históricos dele advindos teve a força de impactar na separação da América portuguesa em duas partes distintas, ainda no contexto da União Ibérica (1580-1640) e da Dinastia filipina, tendo como resultado a formação de um espaço marcado por duas unidades político-administrativas autônomas<sup>5</sup>, formalmente criadas em 1621.<sup>6</sup>

A divisão da América portuguesa consistiu no seguinte: ao Sul do cabo de São Roque (RN), criou-se o Estado do Brasil com capital em Salvador e ao Norte, o Estado do Maranhão com a capital em São Luís. Cumpre notar que, *a posteriori* esse segundo estado passou por novas denominações a começar pelo Estado do Maranhão e Grão-Pará, o primeiro englobava parte do Rio Grande do Norte, todo o Ceará e Piauí; ao último pertencia o Amapá, o Amazonas e toda a fronteira setentrional da América Portuguesa, essa nova unidade administrativa foi por último renomeada Estado do Grão-Pará e Maranhão, as renomeações eram acompanhadas pela mudança das capitais que eram alternadas entre São Luís e Belém. Em síntese: o Norte era outro circuito distinto, separado e isolado do Brasil. Além disto, se relacionava diretamente com Lisboa. As duas imagens a seguir possuem importância representacional, a primeira concerne as principais correntes do Atlântico aqui descritas, a segunda é inerente ao mapa do Estado do Maranhão e Estado do Brasil que separava a América portuguesa em duas, cujas razões demonstraremos com maior ênfase em momento posterior do texto, ancorado no conjunto de fontes que formam o cerne desta pesquisa historiográfica.

Os contornos mais nítidos da configuração singular que formaria a matriz colonial da América portuguesa, dividida em duas partes autônomas, impedia a formação de uma geografia econômica unificada. Cumpre anunciar que ainda no século XVII a governação do Ceará (Siará Grande) fez uma série de investidas perante o reino de Portugal no sentido de se desvincular administrativamente e politicamente do Maranhão para ser incorporado ao Estado do Brasil na condição de capitânia subalterna a Pernambuco.

Por outro lado, as relações do Estado do Brasil com a metrópole proporcionaram que sua formação estivesse vinculada a uma matriz colonial e multissecular que abrangia os dois lados do Atlântico Sul na espacialidade do Império Português<sup>7</sup>. Essa separação secular do Norte em relação ao Estado do Brasil foi formalmente desfeita<sup>8</sup> em 1774. Mas isso não significou uma completa e imediata união, as interações possíveis dos territórios correspondentes ao Estado do Grão-Pará e Maranhão com o Brasil foi um processo lento e gradativo.

Neste contexto, identifica-se a formação de um *espaço de experiência gerado no Norte* de autonomia em relação ao Brasil e fortes vínculos com Portugal, em grande medida, ainda presentes durante o movimento de emancipação. Isso explica, de alguma maneira, por que a Independência no Brasil setentrional foi tensa e conflitiva<sup>9</sup>, feita pela força das armas, pois os impasses políticos não foram resolvidos de forma pacífica<sup>10</sup>. Posto que, a configuração histórica, acompanhada da geografia econômica atuavam em desfavor da adesão das províncias nortistas ao nascente Império do Brasil.

Um passo necessário para compreender a formação da América portuguesa, e do Brasil independente é demonstrar a geopolítica e a interferência deste “rio chamado Atlântico”<sup>11</sup>. Conforme já dito, teve o efeito de separar as feitorias e os enclaves entre Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, no tempo em que ainda não existia efetivamente uma colônia.

O fenômeno de bifurcação da corrente Subequatorial, na altura do Cabo de Santo Agostinho (PE), gerando a corrente das Guianas, que vai costa acima até chegar ao Caribe e a corrente do Brasil que desce

para o lado meridional, explica também o tamanho interesse dos holandeses, na ocasião de sua ofensiva na América do Sul, em garantir o controle do arquipélago de Fernando de Noronha, porta de entrada de duas rotas estratégicas no contexto de ataques ao Império filipino: a das Antilhas e a que descia pela costa brasileira rumo ao sul<sup>12</sup>.

A corrente das Guianas favorecia enormemente a navegação para o Norte, devido à força das águas e dos ventos fortes, navios grandes podiam fazer a navegação entre o Cabo de São Roque (RN) até São Luís (MA) em três dias sem a necessidade de as velas estarem totalmente arribadas, uma dessas viagens Padre Antônio Vieira<sup>13</sup> assim descreveu “Há de aí ao Maranhão mais de trezentas léguas, e todas as andamos com pouco pano<sup>14</sup>, em três dias, tanta é a corrente das águas<sup>15</sup>”. Em contrapartida, essa corrente a barlavento, em outras palavras, navegar de forma contraria aos ventos, representava um desafio quase intransponível para navegação à vela, dessa forma, quem pretendesse retornar do Estado do Maranhão ao Estado do Brasil além de difícilimo era um “negócio muito perigoso<sup>16</sup>” a ser praticado.

### **Interações com o Par de Conceitos de Koselleck: *Experiência e Expectativa***

O observação do processo de Independência no Brasil setentrional é um dos momentos privilegiados para perceber a formação de um espaço de experiência entre os *Viventes do Norte*. Nos tempos de tumultos gerados pelo processo de Independência, existia também uma disputa sobre o que o Brasil viria a ser, era disso que se queixava o jornal *Idade D´Ouro do Brazil*, na edição de cinco de julho de 1822, defendia que “o tempo, é o melhor Mestre em Política

porque ensina a *posteriori*”, entretanto, segundo o periódico, as pessoas naquele momento estariam mais preocupadas em fazer projeções de futuro, mas ao fazê-las naquele presente teriam que levar em conta a experiência e arremata, “não é com ideias platônicas de possibilidades de futuro, que se deve formar a prosperidade deste país”<sup>17</sup>. Neste caso, estaríamos diante de uma tensão entre *o espaço de experiência* e *o horizonte de expectativas* que de acordo com as maneiras de conceber formuladas por Reinhart Koselleck resulta em algo como o tempo histórico?<sup>18</sup>.

É oportuno dizer que a tese central sustentada aqui e já devidamente anunciada consiste em demonstrar que as condições geo-históricas do Norte formou um circuito diferente do Brasil, gerando um *espaço de experiência* para o universo político luso-americano, primordialmente responsável pelas projeções dos *horizontes de expectativas* que levaram os *Viventes do Norte* a fazer a Independência pela guerra, conforme dito anteriormente “a custa do próprio e alheio sangue”, com a ideia subjacente de comparar a recepção da emancipação no Piauí e Maranhão, pois elas se entrelaçam e dirigem ações concretas no movimento social, econômico e político. Concerne em compreender a junção mediante a Independência de partes distintas da matriz espacial colonial e continental que originou o Brasil.

Considerando que o conjunto de acontecimentos que chamamos de Independência do Brasil não é algo isolado. No âmbito mais geral, esse *espaço de experiência* possui interconexões com a Revolução Francesa, que foi para o mundo Ocidental um fenômeno que pareceu desafiar o conhecimento histórico do seu tempo, deixando legados posteriores; a Independência dos Estados Unidos, por representar uma quebra de paradigmas para o universo colonial do

Antigo Regime; da formação do Haiti veio a noção do barril de pólvora que poderia vir a ser a escravidão para a elite dominante e escravista e mais proximamente se relaciona com a emancipação da América espanhola<sup>19</sup>, visto que, do emaranhado de contribuições possíveis veio a ideia de que era preciso evitar a anarquia, a guerra civil, a fragmentação territorial e política, além dos governos republicanos.

Em última análise, também se relaciona com a História geral das guerras sul-atlânticas<sup>20</sup>, neste ponto do percurso, já sabemos que condições geradas pela natureza e pelo espaço impediram na América portuguesa e durante muito tempo no Brasil Colonial da formação de uma geografia econômica unificada, de alguma maneira ainda existente no tempo da Independência do Brasil com o relativo isolamento do Norte, ao contrário de outras regiões, o Brasil setentrional não estava totalmente integrado na matriz colonial do sistema sul-atlântico como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Traços marcantes do que convencionamos chamar de *experiência dos Viventes do Norte* do Brasil.

Tentaremos esclarecer essa tese em passos que serão dados ao longo do texto, um esforço para demonstrá-la e ser convincente. Irremediavelmente essa maneira de pensar a história estar ancorada no par de conceitos concebidos por Koselleck, que insistimos em marcar e dizer que são: o *espaço de experiência e o horizonte de expectativas*, por serem consideradas pelo historiador alemão como sendo categorias capazes de indicar a condição humana universal, posto que, nas suas palavras, “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem”<sup>21</sup>. Sustenta o autor.

Desta forma, esta pesquisa é tributária de algumas categorias de análises advindas dessa forma koselleckiana de pensar a história, posto que, a teoria é sempre uma reelaboração imposta pela pesquisa empírica, o critério da teorização tem que ser a realidade, ao mesmo tempo em que a realidade só pode ser significada teoricamente, essa dialética entre a teoria e a empiria constitui um exercício constante no percurso desta pesquisa.

Para Koselleck há uma interação no seu par de conceitos, visto que, “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa”<sup>22</sup>. A experiência aqui é entendida como um conjunto de saberes, noções e elaborações acerca do passado, capazes de pautar no presente as projeções do futuro de determinada sociedade, então, é aquilo que grupos sociais por meio da ação política buscam e, ou encontram no passado que lhes permite vislumbrar um futuro. Aqui a ideia de experiência está colocada a serviço de uma importante questão que é a análise da resistência do Norte ao movimento de Independência do Brasil, cuja incorporação ao nascente império não foi natural ou automática como se já existisse um Estado protonacional. Foi uma construção, ao examiná-la verificamos que não ocorreu de forma irênica, mas de maneira percuciente, em síntese, não pacífica.

Conforme propôs Koselleck, “romper o horizonte de expectativa cria, pois, uma experiência nova”<sup>23</sup>, numa sinopse realizada pelo autor, ele assim resumiu seu discurso: “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico”<sup>24</sup>, a Guerra de Independência, vivida no teatro de operações Norte, foi integrante de uma das etapas de consolidação da emancipação do Brasil, neste caso entendido como conjunto contraditório e conflitivo de grupos

sociais, esse momento da independência do Brasil ele busca ou aproveita na história recente das transformações do mundo ocidental elementos para o que ele será no futuro, cumpre notar, que esta correspondência não é perfeita simetria, mas ela move a sociedade.<sup>25</sup>

Em síntese, a experiência é entendida como um conjunto de elementos do passado, a pautar no presente a ideia de futuro e ao mesmo tempo um conjunto de situações concretas que impõe no presente projeções em direção ao futuro, não apenas ideias, mas guerras como a presenciada pelos *Viventes do Norte*, questões diplomáticas, comerciais e tudo isso junto configura o que entendemos como uma experiência histórica na época da emancipação do Brasil, sobretudo na parte setentrional, onde esta pesquisa realiza seu mergulho em profundidade.

Simultaneamente ao vivido naquela época, Hipólito da Costa<sup>26</sup>, dedicou-se compreender a partir de Londres, o que se passava no Brasil, e chegou à conclusão de que os tumultos ocorridos na Bahia e nas províncias do Norte, não eram apenas conflitos civis, mas uma guerra entre dois reinos. O célebre conceito de guerra proposto por Clausewitz oportuniza uma reflexão ao definir: “a guerra é a continuação da política por outros meios”<sup>27</sup>, considerava ainda, que os componentes de violência, força e probabilidade tinham fundamentalmente motivação política. Essas noções tornam-se importantes para observar a peleja dos *Viventes do Norte* na Independência do Brasil, em que política e guerra não se confundiam, entrelaçavam-se mutuamente.

Nestas interações possíveis por meio de inúmeros vasos comunicantes entendemos que o enfoque no poder naturalmente

“autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da história política<sup>28</sup>”. Dessa forma, reivindicamos uma inscrição na história do político que foi renovada no final do século XX, em diálogo com outras instâncias que se mostrou capaz de reinventar seus problemas, trabalhar com séries, sensível à pluralidade de ritmos, às rupturas, às continuidades, às múltiplas temporalidades dos fenômenos, às articulações inerentes ao pertencimento social e no campo<sup>29</sup>.

Um dos nomes que contribuíram para o rejuvenescimento deste campo de pesquisa foi René Rémond (1918-2007), ele pondera que a História política descreveu uma revolução completa: “Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos”<sup>30</sup>. Em última análise, a Nova História política aqui utilizada como o antídoto de versões laudatórias e nacionalistas, por vezes, presentes em alguns estudos sobre a temática da Independência no Brasil setentrional.

Quanto ao poder utilizamos enfoques que não privilegiam apenas o estudo na estrutura congelada do poder estatal. Mas também como sustenta Foucault, os indivíduos se tornam sujeitos quando inseridos em relações de poder, dessa forma rejeita a identificação entre poder e aparelho de Estado, dando importância aos micro poderes, em outras palavras: poderes moleculares que se estendem por toda a sociedade. E ainda, o poder entendido não apenas como repressivo, mas também como disciplinar e normalizador<sup>31</sup>. Ademais, Foucault concebe o poder como redes capilares que conectam e permeiam-se por meio das instituições, aqui entendidas como escolas, hospitais, família, etc.

## Abordagem e Gesto Metodológico

A atitude metodológica da História Comparada possui uma imanência como gesto metodológico que funda esta abordagem, o que torna necessário definir *a priori* delineamentos concernentes ao que é comparar? Por que se compara? O que se espera com a comparação? O que se pode comparar? Detienne demonstra o quanto o método comparativo, comum na área da antropologia, pode ser fecundo na construção da ciência histórica, para que esta possa fugir do fechamento perigoso das leituras nacionais. Esses delineamentos são feitos pelo historiador belga no ensaio intitulado, *comparar o Incomparável*<sup>32</sup>.

No âmbito da historiografia brasileira, o historiador José D´Assunção Barros no seu ambiente teórico tem se dedicado ao estudo da História Comparada e baliza que esse método, “trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe de fazer analogias, identificar semelhanças, e diferenças entre duas realidades a perceber variações de um mesmo modelo”<sup>33</sup>. E ainda, a possibilidade de fazer a prática da “iluminação recíproca”, nos casos que algumas situações permitirem.

Pertence a Paul Veyne a afirmação de que “toda história é comparada”<sup>34</sup>, na fórmula enunciada por Veyne contém a ideia subjacente de que o “comparatismo histórico” está implícito a todo o “fazer historiográfico”. Entretanto, o pioneirismo como fundante e sistematizador do método comparativo na história coube a Marc Bloch, que deu os contornos mais nítidos de “uma modalidade que estabelece campos de trabalho ou observação muito bem delineados”<sup>35</sup>, também delimitados, fazendo da História Comparada

uma modalidade que atua de forma simultânea e integradora entre campos que ela mesma delinea.

A contribuição de Marc Bloch para a História Comparada fica bem clarificada e exemplificada, em o ensaio, *Os reis taumaturgos*, com a instigante comparação entre as sociedades medievais inglesa e francesa, além da intenção de libertar o historiador das fronteiras artificiais delimitadas pelas clausuras nacionais<sup>36</sup>, ao examinar a obra de Bloch, o historiador José D'Assunção Barros entende que para o autor francês, “comparar era estabelecer uma comunicação possível entre as várias histórias que até então pareciam fundar-se no isolamento<sup>37</sup>”. Neste sentido, comparar trazia uma possibilidade de comunicação entre os povos.

Com base no que acabou de ser dito, neste trânsito entre teoria e metodologia, é chegada a hora de lembrarmos do mergulho em profundidade na espacialidade do Piauí e Maranhão para examinarmos pelos métodos da História Comparada a recepção da Independência do Brasil mediante o *espaço de experiência dos Viventes do Norte*. Dentre os caminhos apontados por Marc Bloch consideramos preferível o de comparar sociedades próximas no tempo e no espaço, que exercem influências recíprocas<sup>38</sup>. Foi o que ele mesmo fez ao examinar as sociedades inglesa e francesa nos tempos medievais, através do imaginário taumaturgo na busca de uma melhor compreensão da Europa<sup>39</sup>. A presente tese procura seguir esses apontamentos do historiador francês. Convém reiterarmos que, para tanto, formulamos anteriormente na secção da introdução, uma imagem com a intenção de demonstrar a delimitação do tema e os delineamentos espaço temporais propostos nesta pesquisa. Em síntese: um triângulo para apresentar o problema e os recortes pelo método historiográfico comparativo.

As vantagens dessa escolha metodológica pelo historiador advêm da percepção de fazer influências mútuas e possibilita esclarecer, por iluminação recíproca, inter-relações ou motivações internas de um fenômeno e as causas ou fatores externos. Côm-scio de estarmos atentos a identificar semelhanças e diferenças. Tratamos aqui as sociedades de duas províncias vizinhas – Piauí e Maranhão – com formação histórica, social e cultural similares, que serão investigadas a luz do mesmo problema comum que os atravessa: o *campo de experiência* formado no tempo nas províncias nortistas do Piauí e Maranhão que entrou em choque com a Independência do Brasil. Assim, acreditamos de algum modo, produzir uma melhor compreensão da formação do Brasil setentrional.

Destacamos também que uma experiência pioneira de História Comparada no Brasil, foi empreendida por Sérgio Buarque de Holanda, em o clássico, *Raízes do Brasil*, desenvolveu um estudo comparativo sobre as colonizações portuguesa e espanhola. Do capítulo denominado “semeador” e “ladrihador” encontramos contributos para analisar o teatro de operações Norte no processo de Independência. Ao articular pares aparentemente antagônicos, a despeito de comparar formas urbanísticas entre a América hispânica e a portuguesa, o autor parece mais interessado em compreender formas de organização social em ambas as Américas ibéricas<sup>40</sup>. Então, o que no primeiro momento parece ser um jogo de polos antagônicos, na realidade, trata-se de uma interlocução. Em síntese, essa dialética dos contrários nos interessa para falarmos de uma Independência feita pelos *Viventes do Norte* por intermédio da política e da guerra.

Em última análise, a abordagem metodológica pela História Comparada possibilita preencher lacunas sobre a história da

Independência do Brasil, sua instância coletiva une fios entre estudos regionais ou locais seccionados e isolados como a *soi-disant* historiografia piauiense. Estamos persuadidos de que a rigor não há uma oposição entre macro-história e micro-história, aqui os enfoques contemplam articulações interdisciplinares e diálogos intradisciplinares com múltiplos campos históricos;<sup>41</sup> conexões com a História Global ou transnacionais, Histórias Interconectadas, Histórias Cruzadas. Em síntese, um conjunto de ações no esforço por uma História Relacional<sup>42</sup> e coletiva. Simultaneamente reiteramos que praticamos um afastamento de versões heroicas da história da Independência, aplicando o antídoto contra o laudatório e nacionalista<sup>43</sup>.

As razões da abordagem que leva em conta a geo-história já apresentadas e outras mais que discutiremos posteriormente nos instiga e impulsiona a pensar na formulação da teoria do *espaço de experiência dos Viventes do Norte*, posto que, teoria se relaciona diretamente com o verbo *ver*, isto é, conceber as coisas de uma certa maneira<sup>44</sup>, e possibilita a este pesquisador demonstrar suas maneiras de interpretar a Independência e formação do Brasil no tempo. Além disso, ela mesma, permite identificar o *escudo ético* que fundamentava e justificava a negação de regiões do setentrião em aderir ou não ao Império do Brasil e a defesa dos vínculos com Portugal no Reino Unido, quais sejam: o relacionamento histórico desse espaço com Lisboa no que concerne ao comércio, transporte, comunicação, etc.

Em outras palavras, isso interferia na política, no social, na cultura e na economia. Portanto, a elaboração desse *escudo ético* era ancorada na realidade e no vivido, sustentado em raízes profundas e não apenas um pretexto utilizado pelos contrários a emancipação

do Brasil. Uma boa amostragem para examinar essas questões é comparar o processo de Independência do Brasil nas províncias do Piauí e Maranhão lugares em que os impasses vieram acompanhados da guerra.

## **Conclusões**

Portanto, a formação do Brasil não foi algo imediato à colonização, mas sim, um longo processo que leva em conta os aspectos da geohistória concernentes as condições náuticas do Atlântico que foram capazes de dividir o domínio português na América em duas unidades política administrativas correspondentes a criação do Estado do Brasil e o Estado do Maranhão que formaram diferentes circuitos. Isso resultou na formação de um espaço de experiência entre os *Viventes do Norte* capaz de ser colidente com o Brasil quando do processo de independência em que os impasses políticos foram acompanhados pela guerra a “custa do próprio e alheio sangue” dos nortistas que lutaram contra Portugal num conflito armado. Por fim, uma boa amostragem para analisar essas questões é verificar a independência do Brasil nas províncias congêneres com sociedades análogas do Piauí e Maranhão usando o gesto metodológico da História Comparada.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares. **Mocambos de Palmares, histórias e fontes (séculos XVI-XIX)**, p. 61-99, 2010.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000,p. 57-58.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Revisitando a formação do Brasil no Atlântico Sul. **Ler História**, n. 81, 2022, p. 2.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.106-107.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes,2014, p.17.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes,2015,p.79-80.

BLOCH, M. **Os reis taumaturgos** – O caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [original:1924].

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. Hertfordshire: Wordsworth,1997.

Correio Braziliense (Londres, Inglaterra), dezembro de 1822. In: Brasiliana USP. Disponível em: [www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br). Acesso em 13 jan. 2024.

DETIENNE, MARCEL. **Comparar o Incomparável**. Editora Ideias e Letras, 2010. 152 p.

Expressão usada pelo historiador brasileiro Alberto da Costa e Silva. Em a obra: SILVA, Alberto da Costa. **Um rio chamado Atlântico**: A África no Brasil e o Brasil na África. Nova fronteira,2011, 292 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013, 431 p.

FRANCHINI NETO, Helio. **Redescobrimo a Independência:** uma história de conflitos e batalhas muito além do Sete de Setembro. São Paulo: Benvirá,2022, p.275-295.

GARCIA, Eugênio Vargas. Cronologia das Relações Internacionais do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2018,p.15.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 27 ed. São Paulo: Companhia das letras,2014,p.111-164.

Idade D' ouro (Salvador, Bahia), número 54, sexta-feira de 5 de julho de 1822.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história.** São Paulo: Contexto,2020, p.56.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- RIO, p 305 -327,2006.

Noções das maneiras de pensar a história extraídas do ensaio: PIMENTA, João Paulo. **Tempos e espaços das independências:** a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830) . Intermeios: Casa de Artes e Livros, 2017. 185 p.

PIMENTA, João Paulo. **A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822).** São Paulo: Hucitec, Fapesp,2015, p.31.

PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil.** São Paulo: Contexto,2022, p.108-111.

RÉMOND, René. **Por uma história política.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV,2003,p.34

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão:** Veredas. 22 ed. São Paulo: Companhia das Letras,2019, p.15.

VEYNE, P. **Como se escreve a História.** Brasília: UnB, 1983.

VIEIRA, António. **Cartas do padre Antonio Vieira:** coordenadas e anotadas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925, p.324.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>2</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000,p. 57-58.

<sup>3</sup> Um nó é igual a uma milha marítima, ou 1852 metros, por hora: 2,5 nós = 4630 metros por hora, 111 quilômetros por dia.

<sup>4</sup> Ibid., p.57-58.

<sup>5</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil.** 3.ed. Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2018,p.

<sup>6</sup> Sem nota

<sup>7</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Revisitando a formação do Brasil no Atlântico Sul. **Ler História,** n. 81, 2022, p. 2.

<sup>9</sup> PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto,2022, p.108-111.

<sup>10</sup> FRANCHINI NETO, Helio. **Redescobrimdo a Independência**: uma história de conflitos e batalhas muito além do Sete de Setembro. São Paulo: Benvirá,2022, p.275-295.

<sup>11</sup> Expressão usada pelo historiador brasileiro Alberto da Costa e Silva. Em a obra: SILVA, Alberto da Costa. **Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África**. Nova fronteira,2011, 292 p.

<sup>12</sup> ALENCASTRO, 2000, p.57-58.

<sup>13</sup> O Padre Antônio Vieira, orador sacro, escritor, profetista e estadista.

<sup>14</sup> A expressão “pouco pano” de acordo com a semântica da época significava dizer que se navegava sem a necessidade das velas estarem totalmente arribadas. Isto é, navegação com vela a meia altura.

<sup>15</sup> VIEIRA, António. **Cartas do padre Antonio Vieira**: coordenadas e anotadas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925, p.324.

<sup>16</sup> Expressão emprestada de: ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 22 ed. São Paulo: Companhia das Letras,2019, p.15.

<sup>17</sup> **Idade D' ouro (Salvador, Bahia)**, número 54, sexta-feira de 5 de julho de 1822.

<sup>18</sup> KOSELLECK, 2006, p.313.

<sup>19</sup> PIMENTA, João Paulo. **A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2015, p.

<sup>20</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares. **Mocambos de Palmares, histórias e fontes (séculos XVI-XIX)**, p. 61-99, 2010.

<sup>21</sup> KOSELLECK, 2006, p.306.

<sup>22</sup> Ibidem, p.307.

<sup>23</sup> Ibidem, p.313.

<sup>24</sup> Ibidem, p.313.

<sup>25</sup> Noções das maneiras de pensar a história extraídas do ensaio: PIMENTA, João Paulo. **Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)** . Intermeios: Casa de Artes e Livros, 2017. 185 p.

<sup>26</sup> In: Correio Braziliense (Londres, Inglaterra), dezembro de 1822. In: Brasiliana USP. Disponível em: [www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br). Acesso em 13 jan. 2024.

<sup>27</sup> CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. Hertfordshire: Wordsworth, 1997.

<sup>28</sup> BARROS, José D' Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.106-107.

- <sup>29</sup> LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história.** São Paulo: Contexto, 2020, p.56.
- <sup>30</sup> RÉMOND, René. **Por uma história política.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.34
- <sup>31</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 26 ed. São Paulo: Graal, 2013, 431 p.
- <sup>32</sup> DETIENNE, MARCEL. **Comparar o Incomparável.** Editora Ideias e Letras, 2010. 152 p.
- <sup>33</sup> BARROS, José D'Assunção. **História Comparada.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p.17.
- <sup>34</sup> VEYNE, P. **Como se escreve a História.** Brasília: UnB, 1983.
- <sup>35</sup> BARROS, 2014, p.45.
- <sup>36</sup> BLOCH, M. **Os reis taumaturgos** – O caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [original:1924].
- <sup>37</sup> BARROS, 2014, p.47.
- <sup>38</sup> BLOCH, 1993.
- <sup>39</sup> Ibidem.
- <sup>40</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.111-164.

<sup>41</sup> BARROS, 2013, p.19.

<sup>42</sup> BARROS, 2014, p.82-135.

<sup>43</sup> PIMENTA, 2022, p.135-136.

<sup>44</sup> BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História:**  
da escolha do tema ao quadro teórico. 10 ed. Petrópolis, RJ:  
Vozes, 2015, p.79-80.